

## ARTIGO

# A CRIANÇA EM FATOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS

## THE CHILD IN HISTORICAL AND LITERARY FACTS

JUAREZ DONIZETE AMBIRES\*

### RESUMO

A infância, tal como a concebemos, é uma construção histórica. No ocidente, o sentimento ligado ao episódio é fato ligado a mudanças sociais. Na historiografia francesa, Philippe Ariès estuda a trajetória destas mudanças. Em sua pesquisa, indica que a burguesia ascendente assume novos procedimentos, principalmente novo padrão familiar no qual a criança se destaca. A literatura romântica, ligada à mesma ascensão burguesa, destaca a infância e a proclama o episódio de excelência de nossas vidas. O fato se dá na Europa e também entre nós.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infância – ascensão burguesa – literatura romântica.

### ABSTRACT

Childhood as we know is a historic construct. In the West, the process is related to social changes. In French historiography, Philippe Ariès studies the process trajectory. His research indicates the rising bourgeoisie takes on new procedures, especially a new family pattern in which the child figure is brought out. Romantic literature, linked to the aforementioned bourgeois rise, stresses childhood and refers to it as the episode of excellence in our lives. This happens both in Europe and Brazil.

**KEYWORDS:** Childhood – rising bourgeoisie – romantic literature.

... “Nossa menina é uma belezinha.  
É morena e muito bonita. Lá vem ela ... Eu a amo muito.”

Antes de tratar da criança como essência literária, pensamos ser necessárias menções a diversos fatos da Era Moderna que indicam alterações em curso – profundas alterações – nas estruturas sociais particularmente da Europa Ocidental, espaço e cultura onde “infância” e, em paralelo, “família”, “escola” e outros temas (correlatos ou não) estão ganhando, à época, novos contornos.

As alterações que ocorrem e às quais aludiremos, por sua vez, são indícios, em nossa leitura, de que a mesma “infância” tal como a concebemos é um produto datado no tempo ou, noutros termos, é “constructo histórico”.<sup>1</sup>

A ideia, sabemos, é muito cara ao século XIX e especificamente a uma de suas figuras centrais que é Karl Marx, estudioso cujo pensamento muito se radica nas circunstâncias do âmbito econômico e respectivas determinações, bem se o sabe, mas que aplicou esta lógica fundamentadora sobre vários temas, resgatando-os para uma nova luz ou perspectiva. A “infância” é, de modo indireto, um destes resgastes.

No plano direto, o que coube a Marx foi indagar sobre as origens da família em livro que ele pessoalmente não escreveu (a morte não lho permitiu), mas para o qual deixou pesquisa e apontamentos utilizados por Engels, o amigo comungante de ideias.

O conteúdo ao qual Friedrich Engels dará forma chamar-se-á *A origem da família, da propriedade privada e do estado*,<sup>2</sup> título no qual se percebe uma associação complementar de estruturas que são “família”, “estado” e “propriedade”, triunvirato que passa por modificações desde recuada Antiguidade, que atinge determinados contornos, sendo três instituições que se inter-relacionam na perspectiva da história que é progressiva, segundo o mesmo Marx.

O primordial, entretanto, de nossas ideias e esclarecimentos anteriores é reforçar o parecer de que “infância” é construção, é criação que se pode flagrar em seu acontecimento que não é instantâneo, mas sim duração, desdobramento, desenvolvimento ou, em termos mais ao gosto, acreditamos, do pensamento marxista, instituição social, e por isto, variante, conforme as práticas familiares e, obviamente, institucionais.

Ligado em nossa avaliação a esta linha de raciocínio, encontra-se Philippe Ariès que, em *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*,<sup>3</sup> averiguou com sensibilidade na figuração de crianças (na pintura sacra e profana de alguns países europeus, nos dois séculos iniciais da Era Moderna) as mudanças que paulatinamente ocorreram, permitindo a ele a afirmação de que o sentimento da infância estava instituído, era nova tópica e ação social.

Apesar de sua concepção diferenciada de história, Ariès – que esteve ligado ao estudo das mentalidades, do cotidiano, ao resgate de uma história não vinculada diretamente às circunstâncias econômicas – conclui pela instituição da infância e – vale sempre destacar – pelo espriar do seu sentimento em meio às camadas mais favorecidas da

população (nem sempre as aristocráticas propriamente) que acabam por ser as que se locupletam com a arte (no caso, particularmente a pictórica que foi o principal alvo das atenções do historiador francês) e oferecem o seu modelo de vida a outros segmentos da população.

Deste modo, no seio de uma família que está passando por modificações em sua estrutura, a infância vai ganhando o estado de infância que ao termo atribuímos, e a revelação do fato vai se dando no gesto concreto da retratação de uma fisionomia, de uma anatomia que tem contornos próprios e é tratada com algum desvelo.<sup>4</sup>

Com esta atitude, de algum modo se institui a paulatina negação da ideia de que a criança é o adulto em miniatura, curiosamente conceito ainda de intensa aceitação no próprio Antigo Regime, fato que, em nossa leitura, não se limita a indicar apenas os aspectos contraditórios de um episódio, mas também o quanto ele significa de transição, de mudança em processo, mormente nos dois primeiros séculos da Era Moderna.

O terceiro destes séculos – o XVIII – seria a explicação do novo que, em nosso caso, é a criança no seio da família moderna – a unicelular – ou a centrada nas figuras que concebemos como pilares: o pai, a mãe e os filhos ou, às vezes, o único filho.

Com isto, será a centúria referida, o episódio, na Europa Ocidental, de um adeus mais definitivo à estrutura familiar de viés mais abrangente, mais centrada na grande malha do parentesco, inspirada em uma linha de autoridade exercida também por tios, avós, padrinhos, irmãos mais velhos, mais aberta à vivência comunitária, sem uma separação mais consistente dos membros formadores por suas faixas etárias ou idades.

Em paralelo, vale ressaltar que o novo padrão de família mantém íntima relação com a burguesia ascendente a qual, no século XVIII, assiste à vitória de suas práticas e representações, como são os casos, entre outros, do seu ideal de vida privada, tema correlacionado ao anterior e também desenvolvido por Philippe Ariès.<sup>5</sup>

O novo modelo de família será, também e por sua vez, contradição a muitos dos hábitos de uma aristocracia que, a seu modo, convive com os segmentos burgueses em ascensão.

Dessa forma, as já, à época, antigas práticas da aristocracia em relação à infância se fazem repetir,<sup>6</sup> implicando o fato de crianças afastadas de suas mães para serem educadas, por exemplo, em casas senhoriais mais abastadas, onde a convivência – e convivência entre iguais – ensina um padrão, um ideal<sup>7</sup> que, com certeza, não é o do homem burguês.

O representante do terceiro estado será aquele que, no século XVIII, ansiará pela convivência familiar, pela proximidade entre pais e filhos, pelo recolhimento à sua casa que, sob portas cerradas, é o espaço maior do encontro consigo mesmo, da liberdade, da vivência da privacidade que se corporifica em escritório, em quartos individuados, no ter e usar objetos pessoais que, de algum modo, estão garantindo o novo padrão que é o da individualidade e na semântica que a cultura burguesa forjará para o termo.

As visões de mundo aristocrática e burguesa estariam neste aspecto, como se vê, em divergência, e o século XVIII deixará a situação bem explicitada.

O cotidiano aristocrático – ao menos o da aristocracia mais titulada e rica foi, para exemplo, o do desprezo aos emergentes, o do culto à hierarquia e a toda etiqueta que ela envolvesse.<sup>8</sup> Seus valores sustentavam-se na defesa de que no nascimento estavam impressos os estigmas que regeriam as vidas, de que havia direitos associados ao nascimento que eram naturais e que, por isto, deveriam se perpetuar, criando o fato um mal-estar que a burguesia vencedora – a da Revolução Francesa – tratará de abolir, eliminando no seu mundo regido por constituição os privilégios de casta.<sup>9</sup>

A única manutenção permitida será a do direito inalienável à propriedade,<sup>10</sup> valor intimamente ligado à face conservadora que a mesma burguesia, uma vez já revolucionária, veio a assumir no século XIX.

Explicitados estes aspectos, estaríamos, pensamos, mais aptos a entender que, para a estrutura em que valores mais aristocráticos são os vigentes, o que soa como mais verdadeiro para ao menos alguns dos segmentos sociais é, em retorno à nossa temática, a ideia de que “infância” é significação ligada à sua etimologia.

Devido a isto, é primeiramente um termo derivante do verbo latino *fari*, “falar”, cujo particípio presente é *fans* que significa “o que fala” ou “o falante”. Contudo, por conta do prefixo negativo *in*, tem-se, a princípio, *infans* com o sentido de “o que não fala” ou “o não-falante”.<sup>11</sup>

Cabe, então, lembrar que, na situação, infância seria, assim, o período da vida que abarca todos “os que não falam” e requerem, por conta do fato, formação, educação, para deixarem o estágio de “não-

falantes” ou, já em ampliação semântica do termo, deixarem o que é “infantil”.

Ligada a estas significações está, ainda e em verdade, a ideia de que a infância é indubitavelmente época de vida,<sup>12</sup> mas, por conseguinte, episódio a ser superado por um que lhe é superior: a fase adulta que, em hipótese, é o período em que se fala e, por extensão, em alguns casos, se fala bem, pois o adulto (alguns ao menos) já recebeu formação, introjetou normas ou, noutros termos, transformou-se no modelo que lhe foi oferecido.

Antes das menções ao modelo – que foi culto de muitos à época – e sua nomeação, é preciso ainda destacar que, no registro cultural em evidência, infância é também termo ligado a *infante*, designação sinônima de *príncipe* (muita vez, em França, também chamado *delfim*) que é, em sua validade, a criança entre as crianças e aquele a quem, por isto, cabem as coisas principais.

Se mesmo o príncipe, contudo, é, ao menos em parte de sua vida, alguém que “não fala”, ao vir a falar, implícito está que deva ser “o que fale direito”, também “o que fale por todos”, ditando-o a toda a gente, procedimento e possibilidade que, mais do que para quaisquer outros, cabem àquele que será rei.

Deste modo e como já se mencionou, os segmentos sociais vinculados a estes pareceres importam-se com a formação dispensada às suas crianças que são as aristocráticas ou as melhores, que crescem com a incumbência de assistir ao príncipe e de ser os seus pares, já que muitas delas descendem da nobreza ou virão a constituí-la.

A estas crianças impõe-se o culto ao discreto,<sup>13</sup> aquele que pratica a discrição, mas no sentido que a cultura letrada dos séculos XVI e XVII dará ao termo.

Nesta situação, o vocábulo estará nos remetendo ao participípio passado do verbo *discernir*, ficando o *discreto*, por isto, envolvido o tempo todo com a ideia de tino, juízo, mas juízo capaz de penetrar no intrincado dos assuntos, em seus meandros. O *discreto*, neste contexto, é o que tem a perspicácia, a perspicuidade, o que tem o poder de distinguir.

Nesta linha de correlações, o termo ainda se liga intimamente à prudência e ao engenho, capacidade (talento) intelectual (jamais manual) de invenção, querendo-se com isto, nas categorias de representação desta época, evitar que o príncipe ainda criança e seus interligados se imbuam da vulgaridade, negativa oposição ao estado de excelência que é o da discrição e seus dispositivos que, na ambiência em destaque, naturalizam as desigualdades sociais ou garantem as posições hierárquicas.

Este ideal de educação, ministrado no lar, em colégios jesuítas,<sup>14</sup> em academias ou em instituições variadas, promove a distinção do corpo do príncipe e seu segmento, do corpo da criança do povo que, assim, é corpo baixo e vulgar, em detrimento do outro que, na justa e concomitante medida, se torna alto e sublime.

A aprendizagem da discrição, entretanto, não se adstringia à infância. Devido à complexidade que cercava o ideal, era formação que se iniciava em idade precoce do cortesão, mas se estendia por toda sua vida, havendo a preocupação de que qualquer um de seus momentos se



transformasse em episódio de exercício, de vivência de uma habilidade da cortesia ou discrição.

Para tal, havia ao dispor um aparato de regras de que se poderia lançar mão em todo e qualquer acontecimento, fato que, obviamente, implicava devoção à aprendizagem.

Em uma sociedade de corte, ser e parecer eram fatos imbricados e se tornava questão de vida e morte saber o quanto se vergava a cerviz ante um duque ou ante um barão, sob pena de a curvatura descuidada poder igualar posições e causar desprestígios.

Apesar de todas as suas exigências, o ideal de discrição manteve-se vivo e atuante em setores da sociedade do Antigo Regime, mesmo quando o século de referência já era o XVIII, com os seus gritos de mudança.

A vigência referida, ajuda-nos a percebê-la, por exemplo, Peter Burke, em livro<sup>15</sup> no qual história a recepção de um escrito muito lido e presente nas cortes europeias da Era Moderna, que é *O cortesão*, de Baldassare Castiglione.<sup>16</sup>

Em uma apresentação que entrelaça os vieses do cronológico, do geográfico e do sociológico, tem-se pormenorizada notícia do número de edições que o livro de Castiglione conheceu, entre os séculos XVI e XVIII.

Tem-se também notícia de sua popularidade em meio a alguns setores letrados, podendo até mesmo ser incluído na categoria de “espelho de príncipe”,<sup>17</sup> “literatura”<sup>18</sup> muito conhecida e consumida, à época, mesmo por crianças e em cronologia na qual o sentimento da infância (volta-se aqui em alusão a Ariès) já está instituído, como

anteriormente se afirmou, e a infância passa a gozar de adequações no tratamento recebido, que seriam prenúncio do que expressarão acerca da criança os séculos XIX e XX.

Antecedendo, entretanto e obviamente, os períodos em última referência, está o século XVIII, episódio radical na expressão do novo quanto ao tema de nosso maior interesse e também no que concerne a outros aspectos culturais, todos irmanados entre si e, na extensão, à história da infância e da adolescência.

Buscando-se, então, a esta convergência, ainda lembramos que se manifesta o último século da Era Moderna como, por exemplo, cronologia em que, no ocidente, se firma a ideia de povo, mas na acepção que damos ao fato.

À altura – mais essencialmente para fins do período – inicia-se a conexão entre populações e projetos nacionais, circunstância que é o resultado de um processo, cujos princípios envolvem até mesmo uma melhor definição entre o que seja cultura popular e cultura erudita, e também circunstância que vai encontrar seus ecos em rebeliões e revoluções do setecentos e do século posterior.<sup>19</sup>

Nas cenas da vida doméstica, por sua vez – aparente oposição aos espaços abertos e públicos das rebeliões – parte mais intensa do contexto privado passa a ser o animal de estimação, presentificado particularmente em cães e gatos, substitutos burgueses e principalmente citadinos daqueles que, no passado, foram os animais da estima aristocrática: o cavalo e a ave de rapina – treinados ambos (aquele, para as lides

da guerra e do torneio; este, para a caça), para servir a senhores, serem como que suas extensões na esfera do domínio e não do sentimento.

Já presentes nas telas de Chardin e outros pintores, cães e gatos, no século XVIII, passam a ser expressões de um cotidiano não mais marcado em sua totalidade pelo tom utilitarista e econômico da existência.

De algum modo, na cronologia em destaque, eles estão se tornando representações de um novo eu que, particularmente na Inglaterra, já veicula a hipótese (e, por isto, a aceita) de que os bichos têm sentimento, linguagem, níveis de compreensão, de que o animal pode estar além da função prática que se lhe dava na sua convivência com o humano.

A nova circunstância – que, de algum modo, está abalando a convicção do primado natural do homem sobre os outros seres – vincula-se em verdade a um contexto de maior consciência ecológica.

A ocasião já possui os elementos do discurso preservacionista que deseja, tal como a sintonia do nosso tempo, a perpetuidade de plantas, árvores e animais, porém muito mais por convicção religiosa ainda, que qualquer outra.

Todos os existentes – para os princípios de alguns naquele momento – estavam no ato inaugural, no ato da criação que foi acontecimento coletivo, a exaltar o universal e não apenas o homem.<sup>20</sup>

O século XVIII é também episódio vinculado à emergência da ideia de literatura, conceito cuja existência não se pode estender, pensamos, aos períodos anteriores, uma vez que os séculos precedentes

ao da Revolução Francesa não trabalharam com a hipótese da autonomia da ficção.

Em seu complexo cultural, eles se caracterizam pela necessidade (para eles incontestável) de tudo se amarrar a uma verdade circulante, a uma questão de realidade, tal como, para exemplo, o ocorrente no sermão do século XVII.

A nova cronologia, entretanto, elaborou e ratificou outro posicionamento em relação a isto. O novo conceito de literatura (“belas letras”, anteriormente) diz respeito a uma autonomia do fictício.

Ela – a literatura – passa a se impregnar de algo que tem por base a ideia de invenção, de fingimento, de algo que é ficcional, em um jogo que se põe de modo cada vez mais explícito para o público leitor.

Seu novo estado permite ao que, na circunstância, passou a ser literatura expressar-se como um campo livre, cuja independência lhe garante o existir sem o obrigatório atrelamento a qualquer ramo do cognitivo, mesmo que este seja em culminância a filosofia, a política, a ciência (à época, em situação de uma pré-ciência) ou a religião.

No mesmo século em referência, presencia-se, ainda para exemplo, a projeção mais consistente da prosa pelos meios literários e leitores, divulgação que ajuda a popularizar os gêneros ligados a esta forma de escrita (romance, conto, novela, etc), em detrimento da poesia que é a expressão de maior refinamento, para os setores de educação mais aprimorada e mais vinculada aos valores da cultura clássica que, para alguns, no Arcadismo, viverá sua fase de encerramento.<sup>21</sup>

A mesma dilemática permite ainda a afirmação da mulher romancista, cujo trabalho e, por extensão, apuramento de técnica são

resultados que passam pela produção de algumas gerações de mulheres prosadoras, todas ligadas a um processo que é o da ascensão burguesa.

O fato, na Inglaterra do mesmo período, permitiu certa modificação da perspectiva social feminina que se revela no conteúdo do romance, a princípio realização secundária no plano cultural, mas escrita que se tornou testemunho vivo das alterações em curso que se revelaram em novos sentimentos ante o mundo e suas controvérsias.

Ainda em exemplificação, o mesmo romance está sendo, à época, um dos expressivos veículos de divulgação de um novo padrão de vivência entre mães e filhos. No período em destaque, os vínculos do materno para com o filial altamente se intensificam.

Estudiosos do aspecto<sup>22</sup> afirmam que, a partir do episódio, culturalmente paira um novo “instinto de maternidade” na história ocidental e este novo é o responsável pela figura da mãe amantíssima que está ligada ao seu rebento por laços muito superiores aos vínculos do puramente biológico.

Ainda lembramos que, no século XVIII, na França, pintores retrataram com especial atenção a maternidade, a infância e suas primeiras brincadeiras e o enternecimento familiar. Siméon Chardin (1699 a 1779), Gabriel Jacques de Saint-Aubin (1724 a 1780), Jean Michel Moreau, o jovem (1741 a 1814) são alguns deles. A coleção de tapeçaria do Petit-Palais de Paris dá também testemunho confirmador do fato.

A nova maternidade ligar-se-á, por sua vez, a um novo padrão familiar (já referido) e terá vínculos também com novas concepções de educação, nas quais o século XVIII será pródigo.

Jean-Jacques Rousseau será, no que tange à questão, nome de importância, marcando o imaginário do episódio com sugestões que o tornam conhecido e referido até os dias atuais.

Não sem razão, a posteridade está chamando, por sua causa, ao XVIII o “século do *Emílio*” (*Émile*, em francês), obra<sup>23</sup> de sua autoria, que repercute em seu tempo e já vincula a criança a valores que conheceram sua plenitude no século posterior.<sup>24</sup>

Aclarando o fato, é preciso lembrar que, para o Rousseau que se expressa no escrito anteriormente citado,<sup>25</sup> a criança corporifica o ideal de permanência do primitivo, sendo por isto, nas sociedades civilizadas, a expressão de uma naturalidade que, segundo o autor, só se encontraria no ser primevo que, na leitura do pensador francês, é o bom selvagem.

Em paralelo a esta constatação, Rousseau estaria defendendo a ideia de preservação da mesma naturalidade (cujos sinônimos mais afinados seriam inocência, pureza), enquanto o ser humano atravessa o período infantil, episódio no qual, devido à crença no precedente, a criança deveria ser afastada, isolada dos poderes corruptores que, para alguns intérpretes da obra do francês,<sup>26</sup> seriam os meios de produção, contra os quais está se postando, segundo o mesmo Rousseau, a fragilidade natural da criança que está ligada à sua estrutura biológica em formação.

O distanciamento dos meios produtivos criaria, por sua vez, as condições ideais para a educação da infância e também determinaria, conforme nossa reflexão, a sua dependência ao adulto e, na extensão, à família que, neste mesmo período e como de alguma forma já se expressou, vive uma nova identidade, alicerçada na primazia da vida

doméstica, no casamento, na educação dos herdeiros, no afeto e solidariedade entre os membros constituintes, na privacidade e intimismo, nos novos papéis sociais vividos pelos cônjuges.<sup>27</sup>

Já que envolvido por esta gama de pensamentos e valores, compreende-se Rousseau e sua proposta educacional, registrada no *Emílio*.

Sabendo-se dela, compreender-se-á também e com facilidade o porquê de o pensador francês ser indicado como dos primeiros (senão o primeiro) a ver e defender a criança como símbolo da dependência e da pureza, em contraponto à corrupção de valores que se faz presente no mundo adulto, segundo os conceitos do mesmo século XVIII já em seus finais.

Herdeiros indubitáveis da nova crença serão os românticos que, neste aspecto, têm, na Europa Ocidental e no Brasil, forte representação.

A faceta literária romântica, entretanto, é um dos aspectos de expressão de um todo já verdadeiramente modificado, a que ela acaba por representar, enquanto primeira movimentação artística da extração burguesa vencedora que, por isto, precisa de ter na arte, mais do que nunca, referendados seus valores.

No que concerne, então, a veicular as novas referências quanto à infância, será, em muitas geografias, a geração ultrarromântica a mais empenhada e alguns de seus exemplos fazem-se sentir até nossos dias.

Na Inglaterra, para exemplo, Wordsworth (1770 a 1850) sintetiza opiniões e pareceres quanto ao assunto, lembrando em afirmação aparentemente inusitada que “o menino é o pai do homem”,<sup>28</sup> no poema “My heart leaps up when I behold”, escrito em 1802.

O fato destaca a infância como período de excelência na vida, uma vez que a fase adulta está nela previamente anunciada ou refletida, devendo ser por isto, entendemos, episódio da existência com o qual se tenha cuidados, no qual se recebem formação e afeto

Da mesma Inglaterra vem-nos ainda o exemplo de Byron que, se em sua obra, não se refere diretamente à infância, é certamente dos primeiros a transformar um adolescente em herói.

O poeta inglês apresenta ao leitor, em *Childe Harold*,<sup>29</sup> um personagem mal saído da infância, porém em lugar de destaque, já que mentor de sua própria vida, o que seria, enquanto procedimento artístico, negação à preceptiva clássica que outorgava este poder somente aos adultos.<sup>30</sup>

No poema e livro byronianos, entretanto, Harold, apesar da pouca idade, já está tocado pelo peso da existência, expressando por isto seu tédio, seu desacerto, como se já muito houvesse vivido, já muito soubesse dos seres e coisas e pudesse, devido a seu conhecimento, se justificar em suas atitudes.

Ao Brasil, em correlacionamento dos fatos, chegarão os ecos desta mesma perspectiva e textos de Álvares de Azevedo indicarão a sintonia, a extensão do procedimento.

Tocada da mesma prerrogativa haroldiana está, para exemplo, *Macário*, escrito que é sugestiva e estranha mescla entre teatro, narração dialogada e diário íntimo, no qual o personagem homônimo – juvenzinho profundamente marcado pelo “mal do século” – tem como interlocutor, no diálogo encrespado que trava, ninguém menos que Satã.



Expondo ao ouvinte muito de sua intensa e fêrvida angústia existencial, em suas falas o adolescente, que é Macário, como que deambula por uma São Paulo fantasmal e interior, onde, em obediência à amarga ironia de seu destino, ele vive como que a negação do sentido etimológico de seu nome.

É como se de uma significação primeira que é “feliz”, “afortunado”, “bem-aventurado” e de raiz grega, fosse nome que houvesse assumido uma outra origem para, em ponte com o Latim, por exemplo, irmanar-se no radical *mac* com o termo “mácula” e, na extensão, com “mágoa”.

Assim, o nome Macário equivaleria, em sua hipótese de vida, a “magoado” e magoado com as coisas, os seres e, em palavra última, com seu próprio destino que é o puro dilaceramento de uma adolescência.<sup>31</sup>

Segundo nossa apreensão, no entanto, o ser em grande destaque na prerrogativa romântica é, de fato, a criança e, intimamente ligada à perspectiva, está a ideia (também circulante à época) de que a infância é “um momento privilegiado da vida”, é “a idade fundadora”.

Pertencente ao mesmo contexto cultural e cronológico, encontra-se o parecer derivativo de que a criança é “ser”, é “pessoa”<sup>32</sup> e, para tal, está contando obviamente com a aceitação e o endossamento de seu novo status pela sociedade, tanto na esfera do público, quanto na órbita do privado.<sup>33</sup>

A cultura do século XIX não é, então e em nosso entendimento, a que se abre para a exaltação plena do adolescente, como será a do século posterior.

O XIX não é peremptório na defesa do parecer de que houvesse um período, uma faixa etária, separando distintamente a infância da fase adulta ou ainda (em alusão direta a Ariès) um sentimento, só que, no caso, da adolescência, tal como o ocorrente em nossos dias.<sup>34</sup>

Referendando nossa impressão, há diversos pareceres, e um deles é, para exemplo, o de Gilberto Freyre que, estudando a sociedade patriarcal brasileira do século XIX,<sup>35</sup> informa dos casamentos que se realizavam na mais tenra idade dos cônjuges, que não excediam muita vez os quinze anos; fala na maternidade e na paternidade precoces; destaca, por conseguinte, as vítimas da referida precocidade – obviamente juvenzinhas ainda biologicamente não preparadas para a gravidez, mas já nas responsabilidades de mulher e esposa.

Já quanto ao masculino da mesma cronologia, o mesmo Freyre informará que o rapazinho quer cedo o bigode, a barba, a aparência circumspecta e, em biografia que tece de nosso segundo imperador,<sup>36</sup> esta situação e a busca vêm esmiuçadas, havendo, com riqueza de detalhes, a exposição de um cotidiano (que é o do início da adolescência, em termos nossos, de Pedro II) já superado, pensamos.

Em paralelo à expectativa de que os exemplos de Freyre não espelhem apenas uma referência particularizada, lembramos que também o cotidiano cultural romântico francês muito referendará a infância.

Sua ação, neste aspecto, far-se-á sentir mesmo fora do literário. Delacroix e sua pintura são, no caso, exemplo e, na extensão, modelo que se corporifica no famoso *A liberdade conduzindo o povo* (*La liberté guidant le peuple*<sup>37</sup>), quadro de 1831 que se torna conhecido por exaltar o povo sublevado que, na rua, promove a revolução de 1830.

Ao centro da pintura, está a liberdade, representada por mulher de seios desnudos, levando na mão direita empunhada a bandeira da revolução de 1789; na esquerda, um mosquete e, na cabeça, o barrete frígio.

Esta representação alegórica, contudo, não está sozinha. À sua esquerda, acompanha-a, e com fervor participativo, um menino que, com uma pistola em cada uma de suas mãos, também clama por uma nova ordem social, sendo já ele, em verdade, a revelação de um novo.

Na situação em que se encontra e do modo como está enquadrado na cena, o menino põe-se como símbolo que, na visão romântica, acreditamos, também personifica a liberdade, no contraponto (e, ao mesmo tempo, reforço) da alegoria de valor clássico que seria a mulher, efeito que, com suas características, não ficará esquecido ao longo do século XIX.<sup>38</sup>

Já o menino da cena, este, por sua vez, crescerá em dimensão, mais e mais ocupando espaço num imaginário de época. Gavroche é seu nome e por esta designação passará a ser conhecido e admirado.

Por ele e sua representação tocado, Victor Hugo o incorporará à galeria de seus personagens. Este Gavroche – símbolo de liberdade e luta na busca do novo – estará em *Os miseráveis* (*Les misérables*, de 1862) e, do romance, sua atuação projetar-se-á como paradigma, como expressão de um valor romântico que chega carregado de validade a nossos dias.<sup>39</sup>

Gavroche é também, na escrita hugoana e em extensão, a solidariedade, a prontidão para a luta no processo de resistência às classes dirigentes que, em seu conservadorismo e medo, impelem suas

forças policiais contra o povo que protesta e se insubordina nas ruas de Paris.

A cidade é o espaço onde atua o menino no apoio a rebeldes e entrincheirados, gente com a qual ele se coaduna, se irmana, em pacto que é de sentimentos maiores e que, curiosamente, sua pureza infantil só o faz compreender e viver com mais verdade e entrega.

Pensando estes fatos, sempre afirmamos então que esta arte reflete um quadro de significações que se preocupa com a infância e, de algum modo, a exalta, porque, no fundo, já a sabe sofredora, apesar de toda a indignação que o plano artístico do período expressa quanto ao fato.

A adversidade envolvendo a criança existe, para exemplo, no cotidiano da Inglaterra deste mesmo século XIX e a obra de Dickens e outros, por veicular um amálgama de verdade social e ficção, isto bem retratou.

Ela – a adversidade que cerca a infância – existe também e ainda no Brasil, país que tem, no século de sua independência, a história de sua puerícia marcada por uma ativa roda dos expostos<sup>40</sup> que, em nosso meio, tornou-se o indicativo do abandono, do nascimento espúrio e, por conseguinte, vergonhoso, circunstância que representará para a criança a ela submetida intensa marginalização no social circundante.

Em correlação, dada literatura de nosso meio pôs-se à época a expressar revolta ante a situação da criança desvalida e Castro Alves é, em parte de sua obra, o sinal forte desta atitude.

A segmentação a que aludimos expressa-se, em sua lírica, na poesia de cunho social que encontrou, em livro como *Os escravos*, espaço

para bem equacionar-se em poemas como “Mater dolorosa”, “Tragédias no lar”, “A criança”, “Órfã na sepultura”, todos escritos de 1865.<sup>41</sup>

As imagens da infância, entretanto, vinculadas nos exemplos anteriores não seriam, em nossa apreensão, as referências centrais de nosso imaginário, quando o assunto em questão é, para nós, a criança.

Mais que a hipótese de dor, quanto à infância, o que nos inspirou em nossa cultura brasileira foi ou acabou por ser a ideia de idílio que, em nossa visão de mundo, se associou a este episódio da existência, sendo também os românticos os responsáveis, neste aspecto e em nossa interpretação, por mais este fato.

Nesta circunstância, fala-nos, por exemplo, Casimiro de Abreu que, com “Meus oito anos”, poema VIII do livro primeiro de *As primaveras*,<sup>42</sup> muito ajudou a enraizar em nossos sentimentos a associação entre infância e sonho, infância e cronologia isenta de adversidade, infância e paraíso perdido.

Devido a tal, a simples evocação do período tornou-se para muitos de nós sinônimo de saudade ou episódio a que se quer voltar,<sup>43</sup> suprimindo a impossibilidade concreta o exercício da imaginação.

A ocorrência responderia em dada medida, pensamos, pela permanência de Casimiro e sua poesia entre nós, apesar da distância cronológica entre o hodierno e a estética romântica com seus sentimentos e crenças.

Ainda recorrendo ao cultural brasileiro, é preciso que dele se diga que será o seu oitocentos a cronologia do surgimento, em sua prosa de ficção, de nossas primeiras personagens infantis e juvenis, radicando-se na figura de Machado de Assis e sua obra mais este mérito.

Curiosamente, se em nosso meio o termo “infância” tanto deve à escrita de nossos poetas românticos, o mesmo não se pode dizer, quando o assunto em pauta for a prosa de Alencar. Nela, não circulam crianças. Ao que tudo indica, a infância não seduziu o romancista, apesar de sua indiscutível ligação com personagens femininos (alguns de envergadura, como Aurélia, Lucíola) e o século XIX haver, em sua cultura, tão estreitamente relacionado mulher e maternidade e, obviamente, maternidade e criança.

Somente com o escritor de *Memórias póstumas* é que crianças ganham o espaço de nossos contos e romances e, sem nenhum exagero, já em perfis de expressão ou, mais propriamente, já tocados de densidade psicológica.

Em Machado, entretanto, curiosamente o que quase sempre se encontra é o adulto retornando em reminiscência à infância e, em verdade, deitando sobre fatos já ocorridos uma análise que é, percebe-se, produto de reflexão sobre um episódio ou acontecimento o qual, em sua retomada, ganha sugestão e pede ao leitor que se aproxime das entrelinhas.

Ainda curioso é que, no autor de *Quincas Borba*, não há a expressão deliberada e direta de rompimento do mito romântico de pureza e felicidade na infância. Em sua escrita, contudo, as crianças vivem, estão nas possibilidades da existência e esta é a regra.

Excelência, deste modo, na utilização do tema, Machado a atinge em alguns de seus contos e, ao fazermos referência a isto, vêm-nos à mente duas narrativas que, quanto ao assunto e em nossa leitura, são exponenciais.

O primeiro dos títulos é “Umas férias”, conto de *Casa Velha*,<sup>44</sup> no qual o personagem-narrador – José Martins – interno de um colégio, é retirado da escola pelo tio que, a princípio, não lhe dá conta do motivo para tal.

Acompanhado da irmã Felícia, também interna, o menino se dirige a casa, pensando, no entanto, no motivo para o retorno. Pelo caminho, faz-se lhe presente a possibilidade de uma festa e seu íntimo vive antecipadamente esta referência.

A chegada a casa, contudo, desmente a ideia de folguedo, de feriado. O falecimento do pai o trouxera, sem que ele isto imaginasse, para ali, para junto da irmã e da mãe, com intensidade tocada pela perda.

O mais da história é a passagem do tempo até a retomada das aulas, mas passagem em que o menino vive uma tranquila e comedida elaboração de luto, e cresce em poder de observar o que lhe vai à volta em pessoas e coisas.

Em paralelo, ele avança também no conhecimento de si, de sua intimidade, na compreensão de certa camuflada hipocrisia que há nas relações sociais, na percepção de que os que sobrevivem devem continuar e que isto pode ser e é menos sofrido do que muita vez se imagina, apesar dos pesares.

Já o segundo enredo é “Conto de escola” (do livro *Várias histórias*<sup>45</sup>), trama narrada pelo personagem principal que anos após um dado acontecimento de sua infância, retoma o fato e lhe dá, com sutileza, as proporções e contornos que o menino não percebera.

A datada ausência de percepção, entretanto, não quer significar no conto falta de sensibilidade ou inteligência. Estes positivos atributos Pilar os tem e os expressa.

Sua fidelidade ao espírito da infância, porém, é maior, e isto até o final do conto o acompanha. Pilar é menino que sadiamente quer brincar e naturalmente se empolga com a ideia, razão do enternecimento do leitor com a personagem.

Esta circunstância, então e em si, não lhe permite ver a duplicidade do que o rodeia, particularmente em dia em que vai à aula e lá é exposto a uma sintaxe que foi além da dos livros. A gramática em questão foi a da vida que o fez vítima de dois amigos de escola e do professor.

Segundo o Pilar adulto, os amigos o fizeram conhecer a força da corrupção e da delação; já o mestre, o dissabor do castigo e dissabor em duplicidade, uma vez que, conforme o que se depreende da narrativa, o professor o disciplina, mas simbolicamente estendendo os bolos que lhe aplica à desordem que grassa fora dos muros da escola.

Conforme o anúncio do início do conto, “o ano era o de 1840”, momento no qual, nas ruas do Rio de Janeiro, há as tensões que indicam o término da regência e, concomitantemente, a maioridade de D. Pedro II, à altura mais infeliz que Pilar. As circunstâncias peremptoriamente o obrigam a abdicar da infância e suas prerrogativas. Já ao personagem do conto, não.

Embora submetido a certa crueldade, para Pilar há ainda um tempo de puerícia e o recurso dos brinquedos: aqui é o papagaio; ali, o tambor, acolá, a rua e seu bulício.



Ligado a estas circunstâncias, na órbita do romance machadiano, é exemplo o menino Bentinho, personagem que, a dar-se crédito a D. Casmurro, fora sempre um ingênuo, sutilmente manipulado pela dissimulada (para não dizermos maquiavélica) Capitu, desde que andavam em namoricos de finais de infância e inícios de adolescência.

Presos a esta leitura, ainda ousamos crer, da estrutura narrativa a qual – em hipótese – é posterior aos fatos, surgem duas personalidades em franca oposição, definidas desde suas infâncias por palavras, em variações já aventadas: ingenuidade e dissimulação.

De algum modo, o menino que é pai do homem continua a fazer algum sentido, mas levando as personagens em referência à infelicidade, pois ambas saem perdendo, vítimas uma da outra, vítimas de si mesmas, vítimas do meio a que pertencem.

Já quanto às possibilidades nada idealizadas de infância, rico mostra-se o texto de *Memórias póstumas* (1881), narrativa em que a criança Brás apresenta-se como o endiabrado que não sofre verdadeiras reprimendas.

Se por elas passa, seria para, após, o pai, distante de todos, cobri-lo de beijos, apesar das características um tanto sádicas do comportamento do menino: cavalgar o pajem<sup>46</sup> e esporeá-lo; deitar cinzas ao doce no tacho e, depois, quebrar a cabeça da escrava com a colher de madeira; vigiar os amores proibidos e sair delatando-os a todos.

Em meio à literatura em prosa da segunda metade do século XIX brasileiro, nome que também se valeu da infância como motivo e a expressou em relato tocante foi Raul Pompéia.

De sua produção é, no caso, *O Ateneu* (1888), livro, segundo certa crítica literária, de teor autobiográfico,<sup>47</sup> narrado em primeira pessoa, que desenvolve o tema do adolescente – Sérgio – que deixa a casa paterna, para receber educação em colégio – o Ateneu – do qual seria mais um interno.

Os aspectos da separação e ainda os da permanência no internato perfazem a narrativa e, no enredo, presentifica-se por isto a intimidade de Sérgio que se revela por seu apego edipiano a uma suposta figura materna e por sua ojeriza ao procedimento de alguns internos, que, muita vez movidos por uma sexualidade desorientada (vários dos alunos estão na puberdade), expressam-se em gestos ora sórdidos, ora sádicos, mas sempre agressivos.<sup>48</sup>

Sérgio sinaliza-se, então, como a sensibilidade (de algum modo, também mórbida) que capta e sofre esta ambiência, sendo por seus olhos e crivo que se fica a tudo conhecer, inclusive as críticas à instituição familiar, ao sistema de ensino do Ateneu, expressão do ego doentio de Aristarco, o proprietário.

Em meio a tais circunstâncias, o fogo que, ao final, tudo consome se justifica. De algum modo, ele é limpeza, purificação, apesar da prevalescência no romance do clima de “moral” cinzenta e fatalista.<sup>49</sup>

Os fatos precedentes, entretanto, sempre tencionam, em nossa escrita, afirmar a existência da criança na história e, particularizando, em nossa história. Se o recurso acaba por ser o da exemplificação pelo literário, isto não invalida, acreditamos, a intenção.

Em nosso raciocínio e instância última, o literário referenda o social, é seu reflexo e, para o que nos consta, por própria proposição muita vez de escola.

É o caso, parece-nos, de um Romantismo já afetado pelas preocupações com o social; é a circunstância de um Realismo, movimento que busca o tempo que lhe é contemporâneo, seus temas e, em recriação, os apresenta e desenvolve em suas obras.

Cabe também lembrar que a junção história-literatura é uso antigo entre nós e que mesmo outras ciências já se valeram do procedimento.

Gilda de Mello e Souza dá-nos mostra disso, ao associar, segundo nossa apreensão, literatura e ciências sociais em livros de estética,<sup>50</sup> para expor sobre a moda no século XIX e sua ligação com as redefinições dos papéis sociais do homem e da mulher ou, em termos equivalentes, do masculino e feminino, em uma estrutura de mundo que não quer viver sinais de semelhança com o antigo regime e que, por isto, também investe na criança como novo valor social.

Prova ainda do referendado acima e do mesmo interesse do século XIX pela criança é a elaboração de uma literatura específica para a faixa etária, a literatura infantil, produção que, aos poucos, vai se concretizando no trabalho de adaptadores, escritores e público leitor, todos de algum modo também ligados ao novo padrão de família e às contemporâneas concepções de educação que já começavam a ver a escola como destino certo de toda criança.<sup>51</sup>

Por estas vias todas destacadas, a criança foi-se provando, no ocidente, parte do seu social e do seu artístico e sua chegada como tema literário ao século XX naturalmente se justificou.

Em nosso Modernismo, por exemplo, trabalhos sensíveis com personagens infantis serão os de Mário de Andrade, de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos e outros, todos – mais os escritores do século XIX mencionados – indubitavelmente leituras que devem ser realizadas, afirmações de um projeto ao qual pertencemos.

## Notas

---

\* Professor doutor do Centro Universitário Fundação Santo André. E-mail: [juarez.ambires@bol.com.br](mailto:juarez.ambires@bol.com.br)

<sup>1</sup> Tomamos de empréstimo a expressão entre aspas de texto de João Adolfo Hansen, que versa sobre infância e educação aristocráticas em monarquias absolutistas católicas dos séculos XVI e XVII. P/ cf. busque-se: Hansen, João Adolfo. “Educando príncipes no espelho”. In: FREITAS, Marcos César de e KUHLMANN Jr., Moysés (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, Editora, 2002, pp. 61 a 97.

<sup>2</sup> P/ cf. busque-se: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de José Silveira Paes. 3ed. São Paulo: Global Editora, 1986, 237 p.

<sup>3</sup> Também consultamos o livro em tradução para a Língua Portuguesa. P/ cf. busque-se: ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981, 279 p.

<sup>4</sup> A criança do período medieval é, no caso, o contraponto e Pastoureau nossa afirmação corrobora, quando informa que ... “na Idade Média, os adultos eram bastante indiferentes em relação às crianças pequenas. Muito poucos textos ou obras de arte nos mostram pais encantados, enternecidos ou abalados pelos gestos dos filhos antes da idade da educação”. Acerca do assunto o mesmo autor ainda diz: ... “do mesmo modo, não há uma roupa própria para cada idade da vida: com exceção das crianças de colo, solidamente empacotadas num cueiro de onde só emerge o rosto, todos se vestem como adultos” (o grifo é nosso). P/ cf. busque-se: PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, respectivamente às pp. 20 e 89.

<sup>5</sup> P/ cf. busque-se: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 637 p.

---

Um dos textos constituintes da parte 2 (Formas de privatização) do volume referido é “A individualização da criança” (pp. 311 a 329), de Jacques Gélis, escrito com o qual muito nos coadunamos.

<sup>6</sup> No caso, a alusão é ao “pajem medieval”, figura que se estende no tratamento dispensado a crianças e adolescentes da aristocracia na Era Moderna, cronologia de nosso principal interesse no artigo em questão. Sobre o mesmo “pajem” encontra-se dito: ... “a vida do cavaleiro começa por uma longa e difícil aprendizagem, inicialmente no castelo paterno e, depois, a partir dos 10 ou 12 anos, junto a um rico padrinho ou a um grande protetor. A primeira formação, familiar e individual, tem por objetivo ensinar os rudimentos da equitação, da caça e do manejo das armas. A segunda, mais longa e mais técnica, é uma verdadeira iniciação profissional e esotérica, sendo praticada coletivamente. Em todos os escalões da pirâmide feudal, com efeito, cada senhor é cercado de uma espécie de ‘escola de cavalaria’, na qual os filhos de seus vassallos, de seus protegidos e eventualmente parentes menos afortunados vêm aprender o ofício militar e as virtudes do cavaleiro. Quanto mais poderoso o senhor, maior o número de seus alunos” ou, em intervenção nossa, maior o número de pajens. P/ cf. busque-se: PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 47.

<sup>7</sup> Quanto a este aspecto e outros da educação em meios aristocráticos na Era Moderna vale consultar livro organizado e prefaciado por Pécora. P/ cf. busque-se: PÉCORA, Alcir (org.). *A arte de conversar. Morellet e outros*. Tradução de Edmir Missio e Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 168 p.

<sup>8</sup> “Hierarquia” e sua manutenção são palavras de ordem, quando se trata da aristocracia do período referido. Diretamente ligada ao fato está a palavra “etiqueta”, de algum modo a substituinte da prerrogativa da guerra, a cuja perda já se aludiu. P/ cf. busque-se: RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no antigo regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Editora Brasiliense (Série “Tudo é história”), 1982, 109 p.

<sup>9</sup> À Revolução Francesa a historiografia vincula a liberdade, a igualdade e a fraternidade (o grifo é nosso). Maiores informações sobre o assunto são encontrados na parte 1 do volume 4 da *História da vida privada*, na Europa. P/ cf. busque-se: Perrot, Michelle (org.). *História da vida privada* (vol. 4). Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffilly. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp.15 a 51.

<sup>10</sup> P/ cf. busque-se: Saliba, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, 109 p.

<sup>11</sup> Os termos, cujas expressões etimológicas são exploradas no parágrafo e posteriormente, foram averiguados no dicionário de Cunha. P/ cf. busque-se: CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Já o incentivo para o trabalho com a etimologia vem de texto de João Adolfo Hansen. P/ cf. busque-se: HANSEN, João Adolfo. “O discreto”. In: Novaes, Adauto (org.). *Libertinos libertários*. São Paulo: Minc/Funarte/Companhia das Letras, 1996, pp.77 a 102.

<sup>12</sup> Este episódio nos remete ao texto já citado de Jacques Gélis. P/ cf. busque-se: GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.311 a 329.

---

<sup>13</sup> Hansen é certamente nossa maior referência no assunto em questão. Para consulta, recorra-se ao texto do estudioso citado na nota 12.

<sup>14</sup> Na Europa, é intenso o trabalho jesuítico nos colégios da Ordem, para a formação da infância e da juventude em moldes católicos. A política educacional inaciana, contudo, destaca-se no período pela declarada aversão a Maquiavel e seus ensinamentos contidos em *O príncipe*. A ação pedagógico-religiosa jesuítica também colaborará de algum modo para princípios de individualização da criança nos séculos XVI e XVII. Ainda cabe dizer que os padres de Santo Inácio foram, em paralelo ao trabalho dos frades carmelitas, incentivadores do culto ao menino Jesus ou Deus-menino, que é veiculado como símbolo de inocência e doçura, cuja adoração tornou-se muito popular no século XVII e é, de alguma maneira e em nossa leitura, um indicativo de um social que está se modificando ante a infância. P/ cf. busque-se: Del Priore, Mary. “O papel em branco, a infância e os jesuítas na colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992, pp.10 a 27. Além do citado culto ao menino Jesus, fala-se também do nascimento e desenvolvimento do culto aos “santos-crianças”, cujas qualidades estavam se tornando notórias nas comunidades emergentes da colônia. P/ cf. busque-se: Del PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.73.

<sup>15</sup> P/ cf. busque-se: BURKE, Peter. *As fortunas d'O cortesão*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, 232 p.

<sup>16</sup> O livro de Castiglione (*Il cortegeano*, em sua língua de origem) foi lido mesmo no Brasil. Os jesuítas o trouxeram para a colônia e o utilizaram com seus educandos índios, mestiços e brancos. P/ cf. busque-se: CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. Tradução de Carlos Nilson Moulin Lozada. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 353 p.

<sup>17</sup> Escritos de teor edificante, muito utilizados para a formação do príncipe e, na extensão, dos seus correligionários. Na Idade Média, era conhecido por *speculum* ou *specula principum*. Nos meios católicos, conhecido espelho e príncipe, por exemplo, foi, no século XVII, *Oráculo Manual e arte de prudência*, do jesuíta espanhol Baltasar Gracian. Famoso texto em língua portuguesa utilizado nas mesmas inferências foi *Os lusíadas*, de Camões. Lido para D.Sebastião, tornar-se-ia, segundo certo parecer, um dos fortes incentivos para a expedição de fim trágico ao norte da África, em 1578.

<sup>18</sup> Aqui, utilizamos o termo “literatura” com certa liberdade. Partilhamos, na verdade, da ideia de Darnton de que para a literatura como a conhecemos são necessários três quesitos: o autor (o escritor profissional), o público leitor e o livro como mercadoria. Estas circunstâncias só são possíveis na virada para o século XIX. P/ cf. busque-se: DARNTON, Robert. *Bohemia literária e revolução*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 271 p.

<sup>19</sup> Burke é também estudioso do fato e sobre o mesmo nos oferece um texto substancial. P/ cf. busque-se: BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 385 p.

<sup>20</sup> Conteúdo imensamente atrelado aos pareceres dos três últimos parágrafos é o da pesquisa de Thomas. P/cf. busque-se: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 454 p.

---

<sup>21</sup> Os informes contidos no presente parágrafo e no seguinte estão em conformidade com a pesquisa de Vasconcelos. P/ cf. busque-se: VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002, 165 p. Os assuntos em referência pedem a leitura dos capítulos quinto e sétimo.

<sup>22</sup> No caso, um dos estudos em que nos baseamos é o de Badinter. P/ cf. busque-se: BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Círculo do livro, S.A., 1980, 310 p. A leitura da parte II é a mais pertinente para a questão que abordamos.

<sup>23</sup> Encontramos a afirmação e a expressão no texto de Jacques Gélis, já referido na nota 6.

<sup>24</sup> A criança já é, por exemplo, destaque em meio às novas práticas sociais, desencadeadas pela Revolução Francesa: ... “Porque a vida participa da divindade, os homens vivos querem representar a divindade sob o aspecto da vida. As imagens imóveis da antiga autoridade – estátuas de Cristo, da Virgem, dos santos, dos reis da França – são demolidas ou decapitadas pelo iconoclasmo revolucionário; já não se reconhece nelas a presença do sagrado: essas pedras são castigadas como os emblemas da velha lei opressiva, da lei estipulada do alto pelos impostores e tiranos. A fé revolucionária escolhe para emblemas substitutivos seres de carne e objetos vivos: árvores novas, crianças colocadas nos altares” (o grifo é nosso), “deuses representadas por atrizes”... P/ cf. busque-se: STAROBINSKY, Jean. 1789. *Os emblemas da razão*. Tradução de Ana Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.67.

<sup>25</sup> P/ cf. busque-se: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1968, 581 p. Já quanto a Rousseau propriamente nossa referência é *Os pensadores*. P/ cf. busque-se: *Os pensadores II*. São Paulo: Abril Cultural, 1972, pp. 465 a 484. Noutra instância, isto é, quanto a estudo analítico acerca do autor e sua obra nossa indicação é Starobinsky. P/ cf. busque-se: STAROBINSKY, Jean. *As máscaras da civilização*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 162 a 230.

<sup>26</sup> P/ cf. busque-se: ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global Editora, 1987, p. 16.

<sup>27</sup> P/ cf. busque-se: ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global Editora, 1987, p. 14 e também: PERROT, Michelle. *História da vida privada* (vol. 4). Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp.121 a 185.

<sup>28</sup> O verso em referência é o sétimo da poesia referida. P/ cf. busque-se: WORDSWORTH, William. *The complete poetical works*. London: Macmillan and Co., 1888, p.178.

My heart leaps up when I behold

A rainbow in the sky:

So was it when my life began;

So is it now I am a man;

So be it when I shall grow old,

Or let me die!

The child is the father of the Man; (\* o grifo é nosso)

I could wish my days to be

---

Bound each to each by natural piety.

Fernando Sabino usa o mesmo verbo como epígrafe de *O menino no espelbo*, romance de cunho autobiográfico, que destaca a infância do autor e seus ecos na vida do Sabino adulto. Antes do escritor mineiro, lançaria mão da mesma epígrafe Machado de Assis em “Conto de escola”. A tradução, no caso, de “child” por “menino” pareceu-nos bem apropriada.

<sup>29</sup> P/ cf. busque-se: LORD BYRON. *Childe Harold's Pilgrimage*. London: Gutenberg Ebook, 2002, 144 p.

<sup>30</sup> Livro que muito aclara sobre clássicos e românticos e seus respectivos procedimentos é *O romantismo*, de J. Guinsburg, particularmente em seus capítulos iniciais. P/ cf. busque-se: Guinsburg, J. (org.). *O romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, 323 p.

<sup>31</sup> Para a estruturação do raciocínio presente no parágrafo, valemo-nos de duas fontes. P/ cf. busque-se: NASCENTE, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (tomo II). Rio de Janeiro: depositários Livraria Francisco Alves, Livraria Acadêmica, Livraria São José e Livros de Portugal, 1952, p.182 e CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (tomo III). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959, pp. 189 e 190.

<sup>32</sup> As expressões entre aspas se encontram em texto de Michelle Perrot, cujo título é “Figuras e papéis”, terceiro capítulo da parte 2, intitulada, por sua vez, “Os atores”, do volume 4 da *História da vida privada*, na Europa. P/ cf. busque-se: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada* (vol. 4). Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 161.

<sup>33</sup> Confirmação deste parecer é, segundo nossa leitura, parágrafo do texto referido na nota anterior, cuja transcrição segue: ... “Através de várias observações a que está sujeita, inclusive pelo detalhismo dos boletins escolares, a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são objetos de anotações que dissipam os estereótipos, em favor de casos concretos e desconcertantes. A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. Toda a autobiografia começa e demora nela, enquanto o chamado romance ‘de formação’ descreve a infância e a juventude do herói”.

<sup>34</sup> Para a afirmação de que a adolescência seja mais enfaticamente um produto cultural do século XX, encontramos referência em Casey. P/ cf. busque-se: CASEY, James. *A história da família*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 173. Michelle Perrot, no entanto, divulga ideia em certa divergência com a aqui exposta. Para ela, o adolescente é, no período em referência, uma figura delineada “com precisão”. Contudo, em resgate de ótica do mesmo século XIX, mormente de sua segunda metade, a estudiosa francesa lembra que, na síntese dos valores da época, a adolescência é negativa, é “perigo” para si e para a sociedade. Conforme Durkheim – autoridade acerca do social naquele episódio e estudioso evocado pela autora – o adolescente, de um modo geral, está mal integrado na solidariedade necessária à existência. Guiado muita vez apenas por desejo sexual, ele pode ser a pura expressão da violência, da brutalidade e do sadismo. Sob a mesma perspectiva, o adolescente, que é um estado patológico, “aprecia a violação e o sangue”. P/ cf. busque-se: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada* (vol. 4). Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 162 e 163.



---

<sup>35</sup> P/ cf. busque-se: FREYRE, Gilberto. *A vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1985, 147p.

<sup>36</sup> P/ cf. busque-se: FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987, pp. 115 a 131.

<sup>37</sup> P/ cf. busque-se: REIS, Célia Maria Marinho (pesquisa e texto). *Mestres da pintura. Delacroix*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 51 e 52, prancha 17.

<sup>38</sup> Carvalho indica-nos a permanência desta validade, ao longo do século XIX e mesmo do XX. P/ cf. busque-se: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166 p.

<sup>39</sup> Para as referências acima, relemos *Os miseráveis* e, com algum vagar, nos detivemos nas partes referentes a Gavroche. P/ cf. busque-se: HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução de José Maria Machado. São Paulo: Clube do livro, 1958, 690 p. e BEAUMONT, P. de (org.). *Gavroche*. Paris: Hachette, 1964, 78 p.

<sup>40</sup> Diversos são os estudos sobre a roda dos expostos, na busca de estruturação de uma história da infância no Brasil. Boa apreciação do assunto é “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil”. 1726-1950”, da autoria de Maria Luíza Marcílio. P/ cf. busque-se: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, pp. 51 a 76.

<sup>41</sup> P/ cf. busque-se: ALVES, Castro. *Os escravos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d., pp.35, 53,75 e 111, respectivamente.

<sup>42</sup> P/ cf. busque-se: ABREU, Casimiro de. *As primaveras*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d., pp. 38 a 40.

<sup>43</sup> A associação entre infância e felicidade torna-se um mito, cujo conteúdo é reavaliado por Fanny Abramovich e seus convidados. P/ cf. busque-se: ABRAMOVICH, Fanny (org.). *O mito da infância feliz*. São Paulo: Summus Editorial, 1983, 147 p.

<sup>44</sup> P/ cf. busque-se: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras completas* (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1979, pp. 698 a 703.

<sup>45</sup> P/ cf. busque-se: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras completas* (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1979, pp. 548 a 554.

<sup>46</sup> Também por intermédio da historiografia se tem algum conhecimento da presença do pajem no cotidiano dos segmentos mais abastados da população brasileira do século XIX. A criança escrava, na condição de companheiro de brincadeiras dos filhos de seus senhores, é uma personagem presente nas estruturas familiares mais privilegiadas, tanto do meio urbano quanto do rural. Para exemplo, vale lembrar que Alberto da Costa e Silva, em interessante biografia de Castro Alves, informa-nos que mesmo o poeta dos escravos teve, em sua infância e adolescência, um moleque para o servir e com ele participar de folguedos. O biógrafo também informa que os passatempos infantis mais comuns, à época, eram “cabra-cega, esconde-esconde, chicote-queimado, bolinha de gude, pular carniça, tascar peão, empinar papagaio de papel de seda”. De certa forma, em sintonia com o texto machadiano, ele também declara que os meninos escravos, na condição de companheiros de folguedos, eram os que, muita vez, levavam a culpa e sofriam os castigos pelas traquinagens do grupo ou do menino branco com o qual se havia brincado. P/ cf. busque-se: Silva, Alberto da Costa e. *Castro Alves* (Série “Perfis brasileiros”). São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.13.

---

<sup>47</sup> P/ cf. busque-se: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994, p. 183.

<sup>48</sup> Os personagens no parágrafo referido ligam-se, em nossa opinião, à ideia já explicitada na nota 33 que é a de que a adolescência é “negativa”, é “perigosa” para si mesma e para a sociedade. Ao mesmo parágrafo pode-se também associar o parecer de que os adolescentes retratados por Pompéia são francas expressões da “hereditariedade mórbida” de que descendem, conceito caro à estética naturalista e à sociedade ocidental, na segunda metade do século XIX. P/ cf. busque-se: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada* (vol. 4). Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, às pp. 566, 567 e 568.

<sup>49</sup> P/ cf. busque-se: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994, p. 16. Leitor arguto de Pompéia foi Mário de Andrade que, em seus pareceres acerca de *O ateneu*, defende a ideia de que, no romance, o autor se vinga da vida escolar que teve. P/ cf. busque-se: ANDRADE, Mário de. “O ateneu”. In: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1972, pp.173 a 184.

<sup>50</sup> P/ cf. busque-se: MELLO E SOUZA, Gilda. *O espírito das roupas. A moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 255 p.

<sup>51</sup> Sobre o assunto pede-se a leitura do capítulo 3 de Lajolo e Zilberman. P/ cf. busque-se: LAJOLO, Marisa e Zilberman, Regina. *Literatura infantil brasileira. História e histórias*. São Paulo: Editora Ática, 1987, pp. 23 a 44.